

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

2-D-45

16

Curso.....C-PEM.....

Partido.....

Solução do.....P-III-7 (EN).....

Apresentada por

ESTEPHAN LEITÃO LAGE<sup>✓</sup>

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA (IM)

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19.86.....

- LIBERDADE ECONÔMICA E LIBERDADE POLÍTICA -

ESTEPHAN LEITÃO LAGE  
Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM)



MINISTÉRIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1986

GN-00001713-8

MM - EGN  
BIBLIOTECA  
12/03/1987  
N: 455

## ÍNDICE

	FOLHA
1 - A GANGORRA CONCEITUAL .....	1
2 - LIBERDADE ECONÔMICA COMPONENTE DA LIBERDADE AMPLA ..	4
3 - FORÇA-COERÇÃO-RESTRIÇÃO-PERSUAÇÃO .....	6
4 - A PRECEDÊNCIA DA LIBERDADE CAPITALISTA SOBRE A DEMO- CRACIA .....	8
5 - CONCLUSÃO .....	9
BIBLIOGRAFIA .....	A-1

## 1 - A GANGORRA CONCEITUAL

Antes de podermos ter a pretensão de emitir qualquer tipo de opinião - concordante, discordante ou, simplesmente, crítica - a cerca de um determinado assunto, é necessário analisá-lo detidamente e, para tanto, é mandatório conhecer, inicialmente, o ambiente (tempo e espaço) que o condiciona. Não é diferente quando o enfoque envolve a liberdade, considerada em suas formas inter-relacionais.

Sabemos, quase que por intuição, que a liberdade, desde o início dos tempos, constitui-se no anseio individual primário. Muitas foram as fórmulas tentadas, através dos séculos, pelos indivíduos, umas visando a negá-la a seus semelhantes, outras buscando preservá-la, a todo o custo, em causa própria.

Enquanto simples as relações sociais, tais fórmulas restringiram-se, ou à mera força física individual (a "leido mais forte"), ou à supremacia conseguida à custa de aglutinações (grupos mais numerosos impondo-se a indivíduos e a grupos menores); contudo, tanto quanto nas sociedades mais complexas, mais sofisticadas e mais avançadas, as fórmulas utilizadas nunca tiveram eficiência, senão efêmera.

A partir de determinado grau de sofisticação das relações sociais, tais fórmulas têm se caracterizado por uma monótona alternância de aplicação, dando a nítida impressão de que a humanidade perdeu a capacidade criativa, repetindo, ciclicamente, experiências já intentadas parecendo, inclusive, desconhecer ou não considerar os resultados negativos anteriormente obtidos, ou pela mesma nação ou por outros povos.

Acredita-se terem sido os fenícios, os primeiros a vislumbrar <sup>em</sup> a fórmula da liberdade política; no entanto, o registro histórico mais positivo atribui aos atenienses terem proporciado o surgimento, na Grécia, de seus primeiros lampejos, ao criar <sup>em</sup>

a distinção entre riqueza e poder, com o desenvolvimento do comércio, principalmente marítimo.

A experiência grega, além de ter-se constituído em excelente exemplo da relação democrática irrefutável, existente entre a liberdade política e a liberdade de iniciativa, ainda coloca por terra a falácia - segundo a qual a riqueza é igualada ao poder - herdada da experiência feudal, pela qual a humanidade também passou, e onde foi desenvolvido o conceito de que o dinheiro comprava o poder sendo, portanto, inviável a liberdade política.

Esses dois conceitos antagônicos veem se alternando, através dos séculos, sendo defendidos por teóricos e aplicados, como verdadeiros, por diversos povos.

O movimento intelectual, desenvolvido em fins do século XVIII e princípio do século XIX, chamado liberalismo, enfatizava a liberdade como objetivo último e considerava o indivíduo como a entidade principal da sociedade; seu apoio era dado ao "laissez faire" como uma maneira de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos e à ampliação conseqüente, do papel do indivíduo no contexto geral; além disso, defendia o livre mercado exterior, como uma maneira de unir as nações do mundo, pacífica e democraticamente; pregava, ainda, o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos. "O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem estar e a igualdade" (5:12); era partidário da descentralização política, por ser zeloso da liberdade e temeroso do poder centralizado.

Sobe o outro lado da gangorra quando, depois de 1930, nos Estados Unidos, o novo "liberalismo" passou a ser associado à predisposição de contar, principalmente, com o Estado, para

alcançar os objetivos desejados; as palavras chaves passaram a ser "bem estar" e "igualdade", em vez de "liberdade". O "liberal" do Século XX considera as primeiras como pré-requisitos ou como alternativas para a segunda, acabando por favorecer a sobrevivência da política de intervenção estatal e de paternalismo, contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico, além de ser favorável aos governos centralizados.

É a volta da gangorra à posição em que se encontrava ao tempo do mercantilismo do século XVII.

É perfeitamente explicável a existência da gangorra - e de suas alternâncias - pelo fato de que as nações, no afã de descobrir <sup>um</sup> uma solução original, têm a tendência de negar automaticamente a observação e o aproveitamento da experiência útil já vivida, por ela <sup>s</sup>própria <sup>s</sup>e por outras nações, esquecendo-se de que, embora a cópia pura e simples possa ser condenável, a inteligentemente ajustada pode ser viável e eficaz, possibilitando queimar etapas e evitar a repetição cíclica dos mesmos erros. // (D)

"Há muito pouca coisa em matéria de política econômica: o que se apresenta como novo não é senão o que foi recusado pelo século anterior, sob algum disfarce" (5:56).

Ressurge, felizmente, de tempos em tempos, a necessidade de lembrar que o objetivo final de todas as realizações humanas é o indivíduo, sem o qual, nada faz sentido.

Modernamente, este enfoque vem sendo defendido por autores como Milton Friedman (5), Friedrich August Hayek (6), William H. Hutt (7) e, de forma ainda mais radical, pelo filho do primeiro, David Friedman (13). — D ??? (restam na bibliografia.)

Baseado nos princípios defendidos pelos autores citados, com os quais concordo, foram desenvolvidos os tópicos seguintes deste Ensaio.

## 2 - LIBERDADE ECONÔMICA COMPONENTE DA LIBERDADE AMPLA

O controle total da atividade econômica, isto é, a privação da liberdade econômica, não é um processo fechado que não interfira com os outros aspectos da existência dos indivíduos, ocupando-se apenas de questões de menor importância; muito ao contrário, tal controle estende-se a todos os campos de atividade humana. Liberar os indivíduos dos cuidados econômicos, através <sup>da</sup> a centralização do controle, só é possível eximindo-o, também, da necessidade e do poder de escolha (6:107). Quem controla toda a atividade econômica, controla, por via de consequência, todos os meios indispensáveis ao atendimento de todas as necessidades dos indivíduos, decidindo, assim, quais serão ou não atendidas, determinando a que valores será atribuída maior ou menor importância e estabelecendo, portanto, aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção esforçar-se. Isto é cada vez mais verdadeiro na medida em que se compreende que, cada dia mais, os indivíduos dependem dos meios proporcionados por seus semelhantes e que, por este motivo, o planejamento econômico importa no controle de quase todos os aspectos da vida humana, por não existir praticamente nenhum - das necessidades primárias às relações de família e de amizade e da natureza do trabalho ao exercício do lazer - sobre o qual o planejador não exerça controle; planejamento econômico significa, simplesmente, que o problema econômico será resolvido, de forma centralizada, pela coletividade, e não por cada um dos indivíduos, importando em que aquela decida sobre a importância relativa das diferentes necessidades destes.

Ressaltam-se, entre as medidas de caráter autocrático ou coletivista: o planejamento centralizado da economia, o controle de preços, a ação fiscal, a estatização do mercado de capitais, a política salarial, a ação expropriatória, a refor

ma agrária, a ação coerciva sindical, o controle cambial, a reserva de mercado, o controle do uso da terra, a contribuição para o seguro social e as limitações da troca de mercadorias com o exterior.

O melhor exemplo, no entanto, da abrangência do controle econômico sobre todos os outros aspectos da vida é o da área de câmbio. À primeira vista, nada parece afetar menos a vida privada do que o controle estatal das transações em moeda estrangeira; no entanto, a introdução desta política constituiu-se no passo decisivo no caminho do totalitarismo e da consequente supressão da liberdade individual ampla. Tal política implica no completo abandono do indivíduo à tirania do Estado e na eliminação definitiva de todos os meios de fuga, seja para ricos, seja para pobres, pois quando o indivíduo não tem liberdade de viajar, nem de comprar livros e revistas estrangeiras e quando os meios de contato com o exterior limitam-se aos oficialmente aprovados, o controle estatal torna-se muito mais efetivo do que o exercido por qualquer governo absolutista dos séculos XVII e XVIII.

Vê-se, portanto, que a limitação e a descentralização do poder do governo são condições essenciais para a preservação da liberdade ampla, o que, certamente, não será factível se ao poder político somar-se o poder econômico, tornado a concentração do poder praticamente inevitável; somente se o poder econômico for mantido separado do poder político poderá servir de controle e de defesa contra ele (5:22).

Compõem o quadro de liberdades essenciais à dignidade humana e designadas, simplesmente, por liberdade ou por liberdade ampla: a liberdade política; a liberdade de empreendimento; a liberdade de trabalho e de escolha de trabalho; a liberdade de escolha e de decisão quanto ao consumo, à poupança e ao investimento; e a liberdade intelectual. Aí estão compreen

didadas a liberdade de iniciativa e a liberdade econômica. O homem, no sistema de economia de mercado, desfruta de sua liberdade individual, com direito à justiça, também individual, e garante sua vida lutando pela sobrevivência e extraíndo, do produto que ajudou a formar com sua contribuição, a parcela que lhe cabe, para satisfazer os seus anseios de felicidade.

Embora os intelectuais tenham forte preconceito em considerar como importante tal constatação, pelo natural desprezo que têm por tudo o que diga respeito ao aspecto material da vida, podemos concluir que, realmente, a liberdade econômica é parte da liberdade ampla.

A cooperação voluntária e a empresa privada, tanto nas atividades econômicas quanto em outras, é que constituem o setor privado como limite de poder do governo e como proteção efetiva da liberdade de palavra, de religião e de pensamento (5:15).

### 3 - FORÇA-COERÇÃO-RESTRIÇÃO-PERSUAÇÃO

Só existem duas formas para coordenar as atividades econômicas das grandes massas: uma é a do Estado totalitário, no qual não existe a liberdade; e a outra é a do mercado, onde impera a cooperação voluntária dos indivíduos (5:21).

O Estado totalitário faz uso da planificação, que conduz à ditadura e que, por sua vez, é a forma mais eficaz de utilização da força, da coerção e da imposição de idéias e de restrições (6:84).

Um claro exemplo de coerção é a taxaçoão gradual, muito utilizada pela economia estatal, visando à utópica igualdade que, em realidade, só se limita a tirar de uns para dar aos outros, entrando em conflito frontal com a liberdade individual. Outros processos de privação de liberdade - utilizadas largamente, sob pretexto de prover o "bem estar social" e a "igualda-

de" - são os seguros sociais, os programas de habitação, o salário mínimo, a assistência médica para grupos particulares e os programas especiais de ajuda (5:153).

Por outro lado, a grande vantagem do mercado é permitir uma grande diversidade o que, em termos políticos, caracteriza um sistema de representação proporcional, permitindo que cada indivíduo consiga pugnar e obter aquilo que deseja, sem ter que subordinar-se ao desejo da maioria. É assim que o mercado garante a liberdade econômica; a ausência de coerção sobre um homem, por parte de seus semelhantes, conduz à liberdade política.

"A ameaça fundamental à liberdade consiste no poder de coagir, esteja ele nas mãos de um monarca, de um ditador, de uma oligarquia ou de uma maioria momentânea" (5:23). Retirando a organização da atividade econômica do controle da auto-ridade política, o mercado elimina esta fonte de poder coercitivo permitindo, portanto, que a força econômica se constitua em um controle do poder político em vez de em um reforço a ele.

A característica principal da organização de mercado da atividade econômica, enquanto a liberdade de troca for realmente observada, é a de impedir que um indivíduo interfira com o outro, na maioria das atividades. É importante reconhecer que o mercado faz tudo sozinho e impessoalmente, sem a menor ne-cessidade de qualquer autoridade centralizadora; a economia livre representa muito bem esse papel, dando às pessoas o que elas realmente querem e não o que lhes é impingido por um grupo privilegiado.

Em resumo, para o liberal, os meios apropriados para al-cançar um fim são a discussão livre e a cooperação voluntá - ria, o que implica em considerar inaceitável qualquer forma de coerção. "A troca pode tornar possível a coordenação, sem

coerção" (5:22).

#### 4 - A PRECEDÊNCIA DA LIBERDADE CAPITALISTA SOBRE A DEMOCRACIA

A democracia que pretende ter o indivíduo como objetivo maior tem que ter, portanto, como seu núcleo caracterizador, a liberdade de iniciativa que, diretamente relacionada com as instituições políticas livres, compõe o quadro de liberdades essenciais à dignidade humana. A liberdade de iniciativa pressupõe o direito à propriedade particular e compreende uma ampla gama de liberdades individuais, destacando-se a liberdade de empreendimento, a de trabalho e de escolha de trabalho, bem como a de escolha e decisão quanto ao consumo, à poupança e ao investimento. A democracia, assim caracterizada, baseia-se numa ampla faixa de liberdades econômicas, políticas e intelectuais.

O capitalismo moderno é o tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica e a liberdade política, tendo em vista que separa o poder econômico do poder político, propiciando a que um controle o outro. O sistema de economia capitalista protege a liberdade econômica porque "sugere o respeito aos lucros, à propriedade privada dos meios de produção, à livre disposição pelo trabalhador de sua força de trabalho e ao papel central do empresário" (4:25). O capitalismo competitivo - organização da maior parte da atividade econômica através da empresa privada, operando num mercado livre - é, portanto, em sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política.

"A Democracia supõe a participação de todos os cidadãos adultos no poder, e uma comunicação permanente entre eles" (4:25). Para que isso seja possível, é preciso haver liberdade de iniciativa que é condição "sine qua non" para, juntamente com as demais liberdades essenciais, permitir a existência

da verdadeira Democracia pois, se o Estado controla as fontes de riqueza, ou seja, os fatores e os meios de produção, distribuição e troca, todos se tornam dele dependentes e a ele subjugados. Por outro lado, o surgimento e a afirmação da democracia, na história da humanidade, mostram que o primeiro requisito desse sistema é ter uma fonte econômica bem distinta do governo: quanto mais fontes de riqueza e quanto mais independentes estiverem do poder, tanto mais forte e mais estável será a Democracia.

Finalmente, sabendo-se que a liberdade individual é representada pelo liberalismo clássico ou pelo sistema de mercado, que a liberdade individual constitui-se em condição essencial para o funcionamento da democracia e que o sistema que garante a liberdade individual é o capitalismo moderno, fica claro a precedência deste sobre aquela.

## 5 - CONCLUSÃO

Dos conceitos defendidos pelo liberalismo do fim do século XIX, ora revigorado pelos autores já citados, podemos extrair muitos ensinamentos que, se postos em prática nos dias atuais, certamente seriam de muita utilidade para a humanidade. Neste tópico encontram-se selecionados os considerados como mais significativos.

No mundo subdesenvolvido, onde o bolo econômico é pequeno e as necessidades do homem são muito grandes, existe uma tendência a fazer crer que o ideal é atingido distribuindo o pouco, igualando o regime de todos e estereotipando seu comportamento; para chegar a este objetivo adota-se a doutrina de que o "poder econômico" tem que ser transferido das mãos de uma elite minoritária para a massa do povo, eliminando a liberdade de iniciativa individual, em benefício do controle coletivista, esquecendo que o indivíduo, tentando realizar seu pró-

prio interesse, frequentemente, promove os da sociedade, de modo mais efetivo do que quando pretende realmente promovê-los.

No entanto, não é nada fácil defender certas idéias, a favor da economia de mercado, da livre empresa, da propriedade particular, do mercado financeiro aberto e de livre acesso, e de uma democracia sem defeitos, baseada na liberdade individual e não no coletivismo, em países onde o Estado interfira a cada dia mais na liberdade individual, onde não prevaleçam as regras do jogo de uma economia de mercado e onde todos estejam habituados a uma completa dependência às normas e às decisões governamentais, em todos os campos de atividade.

A humanidade está mais uma vez sendo lembrada de que o estado típico do ser humano é a tirania, a servidão e a miséria. O século XIX e o início do século XX foram exceções a esta regra, o mesmo acontecendo na idade de ouro da Grécia, quando a liberdade política acompanhava o mercado livre e o desenvolvimento de instituições capitalistas (5:19). A principal característica do progresso e do desenvolvimento, durante o século passado, foi permitir, através da economia de mercado, o acesso dos indivíduos a produtos e a serviços antes inacessíveis.

A história sugere que o capitalismo é condição necessária à liberdade e registra que os grandes avanços da civilização nunca vieram de governos centralizados. A grande tragédia do entusiasmo pela centralização e pela extensão dos objetivos do governo é que sempre envolve homens de boa vontade que serão os primeiros a sofrer conseqüências negativas (5:16).

Nunca é demais ressaltar que o governo centralizador pode melhorar o nível de vida e de desempenho em inúmeras áreas mas, durante o processo, substituirá progresso por estagnação e colocará a mediocridade uniforme em lugar da variedade essencial para a experimentação que pode trazer os avanços do amanhã por cima da média de hoje (5:11).

## BIBLIOGRAFIA

- 1 . BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A. Guia para a elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro, 1981.
- 2 . \_\_\_\_\_ . FI-219. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1981.
- 3 . BRASIL. Escola Superior de Guerra. Fundamentos Teóricos. Rio de Janeiro, 1983. 331p.
- 4 . DAEMON, Dalton. Liberalismo e Racionalização Econômica. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 68(693):25-31, jan./fev, 1981.
- 5 . FRIEDMAN, Milton. Capitalismo & Liberdade. Trad. Luciana Carli. Rio de Janeiro, Artenova, 1977. 175p.
- 6 . HAYEK, Friedrich August. O Caminho da Servidão. Trad. Anna Maria Capovilla. Rio de Janeiro, Liberal, 1984. 221p.
- 7 . HUTT, William H. Keynes e sua falsa solução. Visão, São Paulo, 34(34):67-70, ago, 1985.
- 8 . LANDAUER, Carl. Sistemas Econômicos Contemporâneos. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. 294p.
- 9 . MYRDAL, Gunnar. Aspectos Políticos da Teoria Econômica. Trad. José Auto. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. 179p.
10. RODGER, Peter. Quando o Estado Cresce Demais. Visão, São Paulo, 29(16): 73-6, maio, 1980.
11. SERRA, José. As Desventuras do Economismo: Três Teses Equivocadas sobre a Conexão entre Autoritarismo e Desenvolvimento. Dados. Rio de Janeiro, (20):3-45, 1979.
12. STELLE, José Italo. A Sociedade Anarco-Capitalista. Visão, São Paulo, 31(31): 72-5, ago, 1982.



Lage, Estephan Leitão

Liberdade economica e liberdade  
e politica

2-D-45

DEVOLVER NOME LEIT. (755/87)

24 JUN 87

30 JUL 88

27 FEV 92

15 ABR 1998

*[Handwritten signature]* (CC ELSON)

COMISSÕES *[Handwritten initials]*  
CC AMIHO

CC COSTA LIMA *[Handwritten signature]*

*MINISTÉRIO DA MARINHA*  
*ESCOLA DE GUERRA NAVAL*  
**Biblioteca**

Lage, Estephan Leitão

Liberdade economica e libertad  
e politica

2-D-45

(755/87)